

# A PAISAGEM PAULISTANA E A HISTÓRIA DE SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS, UMA FORMA DE TRABALHO NO ENSINO E NA PESQUISA

*THE LANDSCAPE OF SÃO PAULO CITY AND THE HISTORY OF ITS PUBLIC SPACES, A WAY OF WORKING WITH TEACHING-LEARNING AND RESEARCH*

**KAHTOUNI, Saide**

Doutora pela FAUUSP, professora da graduação e orientadora do mestrado *stricto sensu* em arquitetura e urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo.

**ASSUNÇÃO, Paulo de**

Doutor pela FFLCH-USP, professor e orientador do mestrado *stricto sensu* em arquitetura e urbanismo da USJT, São Paulo.

**TOMINAGA, Yasuko**

Mestre pela FAUUSP, professora da graduação em arquitetura e urbanismo da USJT, São Paulo.

## RESUMO

O presente artigo trata das relações entre a história e a compreensão das cidades através da leitura da sua paisagem, discutindo-as conceitualmente como instrumento didático para a formação do profissional arquiteto e urbanista, capacitando-o atuar em projetos e pesquisas sobre o sistema de espaços livres públicos em grandes metrópoles, como no caso da cidade de São Paulo, nosso laboratório “vivo”.

**Palavras-chave:** Paisagem e história, espaços públicos, ensino e pesquisa.

## ABSTRACT

*This article aims at discussing the relationship between history and the understanding of the cities throughout its landscape. It is a conceptual discussion as a didactical tool for the development of the architect and the urbanist, helping them to work with projects and researches about the open public space systems in cosmopolitan cities, like São Paulo – our live laboratory.*

**Key words:** Landscape and history, public spaces, teaching and research.

## Introdução

### A história do espaço público no ensino do projeto de paisagem

As relações entre cidadãos e espaços públicos têm evoluído ao longo do tempo e se efetivado de formas associadas às transformações político e socio-culturais das próprias sociedades. A cidade dá a identidade para o indivíduo, que permite que ele se relacione e mantenha ligação com outros cidadãos e com as gerações anteriores. A cidade é um dos lugares da memória.

A paisagem cultural é fruto da intervenção humana no espaço, se fazendo de forma que a natureza fosse útil para as necessidades humanas. Ela deve ser entendida a partir da inter-relação que o homem estabelece com o ambiente, condicionado pelo meio e pela cultura de seu tempo e lugar. As formas de construção da paisagem são marcos para o entendimento da cidade. Pois, os vestígios deixados pela sociedade no decorrer do processo histórico, permitem compreender as intervenções culturais que os homens realizaram na Natureza e que acabaram por constituir a paisagem urbana. Neste sentido, a paisagem urbana é o reflexo de uma relação entre História e Natureza. Ler a cidade, é saber decodificar os elementos que compõem o tecido da paisagem urbana.

Em nossas atividades didáticas, acreditamos que o contato empírico com os espaços públicos de nossa cidade seja fundamental ao aprendizado do projeto, graças à formação, durante essa experiência, de um conceito a respeito da realidade que nos cerca. A prática em sala de aula deve ser a de um do processo de construção e reconstrução do saber, marcado por rupturas, pela investigação e pela busca das diferenças e das semelhanças. Desta maneira, seria possível responder às questões colocadas num determinado contexto, lugar e época. Esta proposta de ensino visa a instigar ao desafio de pensar e repensar as experiências vivenciadas, como meio de compreender o momento presente, sendo uma condição indispensável para o trabalho do arquiteto e do paisagista, que visam o futuro. Esse percurso de contato direto com os espaços públicos da sua cidade enriquece o aprendizado dos futuros arquitetos, pela nitidez com que se verificam as ligações entre as formulações de espaços projetados, suas épocas e contextos socioculturais. A história e a conceituação são, portanto, instrumentos para a formulação dos novos desígnios em relação ao urbano.

Desta forma, a cidade, poderia ser vista como a ampliação do ato de construção dos primeiros jardins da humanidade. Uma cidade em movimento constrói a paisagem urbana nas relações sociais, culturais e técnicas que possui. Para compreender a paisagem urbana e seus espaços públicos é necessário analisar o processo histórico que envolveu a cidade. Como observa Paul Veyne, a leitura histórica permite compreender não só os acontecimentos individualizados e as individualidades, mas procura compreendê-los na sua generalidade e na sua especificidade (VEYNE, 1992, p. 39).

A compreensão da paisagem se interliga diretamente com a “história” (*historie*), que no grego antigo está ligado à “testemunha”, no sentido de “aquele que vê”. A visão é, portanto, a fonte de conhecimento, pois aquele que vê é aquele que sabe, o que leva a inferir o sentido primeiro de *historie* como sendo o de procurar saber, ou seja, investigar (LE GOFF, 1985, p. 158).

Dentre os autores, duas arquitetas e um historiador, temos um conjunto de pesquisadores, sendo que as duas arquitetas são responsáveis pela única disciplina de projeto de paisagismo dos cinco anos de graduação em arquitetura e urbanismo e dois dos professores autores são orientadores credenciados de trabalhos na pós-graduação do mestrado *stricto sensu* de nossa Universidade, ligados ao Centro de Pesquisa, trabalhando atualmente como co-orientadores.

## 1 – O espaço público na história

Nas primeiras civilizações, a coletividade representava massa passiva de espectadores de grandes cerimoniais/rituais. Os sacerdotes, magos e reis faziam dos grandes espaços livres das cidades o palco da representação de seu poder, ligado à divindade. Os grandes pátios mesopotâmicos, para onde se voltavam os zigurates, de escala monumental, eram espaços de reunião de multidões submissas a um poder absoluto. Desta forma, o conceito de cidade compreendia o centro religioso, a unidade topográfica, a administração, o plano urbanístico, a divisão de trabalho, a diversificação de profissões e a diferenciação social.

O nascimento do homem cidadão dá-se com o estabelecimento da pólis grega, onde os espaços públicos proporcionam a vida cívica. A pantomima, o teatro, o culto ao corpo e à boa forma física, os espaços de contemplação, os espaços para troca de informações e conhecimentos, os espaços para a política e o livre comércio passam a fazer parte da estrutura dos espaços públicos da cidade. Os gregos desenvolvem o conceito de cidadania, transformando o homem em ser socialmente ativo, e os espaços de cerimonial agora se associam aos espaços de vivência sociocultural.

Os romanos adaptam esses princípios para suas cidades, mas a estrutura do Império exige cada vez mais os espaços para o espetáculo e os grandes desfiles militares. De platéia para antigos cerimoniais de caráter mítico, a massa da população transforma-se em assistência passiva dos

espetáculos do circo e o regime de trabalho escravo serve como base e sustentáculo do Império. Por outro lado, com o passar dos séculos, a ruína do Império Romano e o processo de dissipação de sua estrutura escravagista, gerando o que se chamou de servidão e as relações sociais calcadas na suserania e na vassalagem, levam à nova realidade, na qual as cidades do renascimento urbano europeu reportam-se de certa forma às estruturas criadas nas pólis grega, e neste novo momento a acrópole é cristã.

Esta cidade medieval era por excelência um espaço público, e como tal, comum a todas as classes que compartilhavam da área, a fim de usufruir dos serviços que estas ofereciam. O traçado irregular e a composição arquitetônica que unia praças e edificações marcavam a articulação da cidade medieval que surgiu e cresceu em função da necessidade do homem e das possibilidades que o ambiente natural oferecia. As festas, as feiras, os espetáculos, reasumem uma escala compatível com a participação do cidadão burguês, que muitas vezes administra na cidade uma estrutura política independente de um governo central.

O Renascimento traz novos contornos ao plano urbano das cidades. A matemática e outras ciências exatas conquistam um espaço de relevo. Proporções, perspectivas, geometria e arte se misturam. A teoria dos traçados ganhou uma nova dimensão, fruto da transformação política da sociedade e da nova organização que era engendrada. A idéia de espaços funcionais, aliado a preocupações estéticas, marcou o Renascimento. Os jardins ganharam uma dimensão importante nos projetos e conquistaram um destaque particular, introduzindo os ideais racionalistas que moldarão do domínio antropocêntrico sobre todas as coisas.

O rigor científico e o estabelecimento de padrões universais para o desenho dos espaços facilita, assim, a reprodução de projetos no Novo mundo. Tudo isso pode representar o início de um processo global de mera reprodução de parâmetros dominantes. Podemos simplificadamente considerar esse processo um contínuo de expansão das sociedades economicamente mais desenvolvidas, que se desenrola até os dias de hoje, quando se discute a globalização.

Após a Segunda Guerra, o deslocamento dos centros intelectuais da Europa para a América resultou, no campo da arquitetura paisagística, em movimentos de criação de parques e praças por todo o mundo, extremamente influenciados pelos projetistas californianos, que sucederam com linguagens e matérias mais recentes o importante trabalho de Olmsted, o primeiro americano a se denominar “arquiteto-paisagista”, de nítida influência inglesa em suas criações. Mais adiante, Roberto Burle Marx se diferenciaria dentro desse panorama, valorizando a utilização da flora brasileira numa linguagem inovadora, ligada à sua experiência pictórica moderna e tendo hoje alguns sucessores.

## 2 – A paisagem de São Paulo e seus espaços públicos

A cidade de São Paulo é um campo fértil para o aprofundamento das questões que formulamos. Ao longo do tempo podemos encontrar na história dos espaços públicos paulistanos projetos integral ou parcialmente realizados que vão documentando a evolução dos modos de pensar os jardins públicos e a própria urbanização. Neste sentido, compreender a paisagem paulistana é voltar também os olhos para o passado, a fim de compreender como a cidade teceu a trama da história urbana.

Nossa cidade emerge de um processo de apropriação do espaço que foi regulado pela coroa portuguesa. O estabelecimento de uma cidade significava também a possibilidade de estabelecer um controle e torná-la elemento de uma relação de dependência com a metrópole. Durante séculos a configuração colonial resistiu.

As cidades que os portugueses construíram na América não eram um produto mental de interferência no ambiente. O estabelecimento das cidades, como São Paulo, não contradizia o

quadro da natureza, ao contrário, os seus contornos se compunham na linha da paisagem. Neste sentido, alguns estudiosos ressaltam que não havia um rigor relativo, nenhum método, nenhuma previdência. Richard Morse ao analisar a formação histórica de São Paulo destacou que, até o início do século XIX, a cidade não tinha experimentado qualquer urbanização apreciável. O autor observava ainda que os paulistas, no seu processo de ocupação do território, desenvolveram um padrão de povoamento rural disperso pelo entorno da cidade (MORSE, 1970, p. 16 –29).

No entorno da cidade uma série de sítios e fazendas prosperavam, em especial nas proximidades dos caminhos que levavam à cidade. Algumas delas ocupavam áreas muito grandes e destacaram-se nos registros da época, como: a chácara do Barão de Itapetininga (centro); a chácara de Miguel Carlos (norte); a chácara do Ferrão e a do Osório (leste); as chácaras de Dona Ana Machado, da Glória, do Fagundes, do Cônego Fidelis e o sítio Taponhoim (sul); os campos do Bexiga, o sítio do Sertório, as chácaras de Martinho da Silva Prado e do Marechal Arouche de Toledo Rendon (oeste).

O zoólogo Spix e o botânico Martius, que visitaram o Brasil entre 1817 e 1820, coletaram diversas espécies da fauna e da flora brasileira para as suas pesquisas. Por ocasião da estada em São Paulo, Spix ressaltou que ao andar pelos campos era possível ter *“uma extensa vista sobre a região, cujos alternados outeiros e vales, matos ralos e suaves prados verdejantes, oferecem todos os encantos da amável natureza”* (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 144). Um relevo ondulando e verdejante preenchia os olhos dos que passavam pelos campos e subiam as elevações que davam acesso à área central que se destacava pela torres das igrejas coloniais.

A região de Santo Amaro era uma das freguesias pobres do entorno de São Paulo que contava com a presença de uma quantidade significativa de alemães. Robert Avé-Lallemant, visitando a região sul da cidade e provavelmente informado sobre o local, passou pela ponte do Rio Pinheiros, na altura de Santo Amaro, indo em direção à fazenda Morumbi, de propriedade do senhor Rudge, parente do proprietário da conhecida Casa Mackwell (Maxwell), do Rio de Janeiro. A fazenda estava localizada em terras que permitiam uma vista encantadora da paisagem circundante. Possuía um amplo bananal, uma extensa plantação de chá e vastas terras para pasto e cultivo que se encontravam incultas. A propriedade estava isolada, segundo Robert Avé-Lallemant *“em parte alguma pude descobrir sinal de vida, de alegre atividade humana; nenhum grito, nenhuma voz ressoava”* (AVÉ-LALLEMANT, 1980, 34-35). Esta descrição idílica compunha a maioria dos registros daqueles que visitavam os arredores da cidade para espiaçar ou conhecer a região.

O Jardim da Luz, como ficou conhecido o nosso Jardim Botânico, era um lugar aprazível. O vasto jardim, com fonte de água cristalina, proporcionava aos visitantes que perambulavam pelos caminhos curvos uma sensação de bem-estar. Saint-Hilaire informava que o Jardim era por excelência o grande espaço de lazer da cidade (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 131). Daniel Parish Kidder que visitou a cidade e o Jardim Botânico entre 1837-1840, registra da seguinte forma a sua impressão sobre o local: *“Seu plano geral é de muito gosto, dispo de alamedas curvilíneas arborizadas e um esplêndido lago artificial de água límpida. Suas dimensões são amplas, e, se for bem cuidado, poderá constituir magnífico logradouro.”* (KIDDER, 1980, p. 209)

O jardim público agradava a todos, apesar de alguns registros mencionarem a desordem e a falta de cuidado (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 333). A cidade tem sua identidade não a partir dos edifícios e da massa construída, mas sim partir dos seus espaços livres, como praças, becos e ruas (HOLANDA, 1984, p. 35).

O importante estudo de Hugo Segawa sobre os jardins públicos do Brasil descreve um pouco desta trajetória da passagem dos jardins imperiais aos parques públicos republicanos em todo o País (SEGAWA, 1996).

Diversos locais em São Paulo, como o Jardim da Luz, ainda de certa forma resguardados em sua concepção formal principal, são o retrato desse processo de transposição, partindo do século XIX. Alguns parques e praças ainda preservam em seus traçados gerais estruturas formais remanescentes de heranças francesas e inglesas do projeto de jardim, por dependência cultural e econômica. Podem-se ver aí espécies aclimatadas, adaptadas (tamareiras, álamos plátanos e outras), compondo alamedas e unindo-se a espécies nativas de porte arbóreo. Lagos sinuosos, pergolados, gazebos e diversos elementos da composição clássica, extraídos do jardim europeu, estão incorporados nesses espaços idílicos. Outros espaços são o documento vivo dos processos antropofágicos que a metrópole exerceu com suas referências, cortados violentamente pelo sistema viário, decepados, descaracterizados, como é o caso do Parque D. Pedro II, projetado por Bouvard, já no século XX. Na década de 1970 foi construído um enorme terminal de ônibus em um dos flancos do Parque, que ladeia o rio Tamanduateí, já canalizado. Este terminal, associado à permanência por mais de dez anos de um canteiro de obras de grande empreiteira contratada para executar a estação de metrô adjacente, acabou por deteriorar o que restava do projeto original, cortado por várias avenidas e viadutos.

Podemos também estudar espaços que têm a marca de grandes paisagistas modernos como Roberto Burle Marx, como os que formam o Parque do Ibirapuera (1954). Neste parque o grande traçado inicial de Augusto Teixeira Mendes, marcado por alamedas e grandes manchas de eucaliptos, associou-se à contribuição moderna de Roberto Burle Marx (MARIANO, p. 2005).

A *Carta de Atenas*, editada pelo CIAM em 1933 com princípios urbanísticos que revelam preocupação em dar resposta a problemas europeus da época, se faz sentir oficialmente aqui na edição do *Código de obras*. Esse Código é posterior aos loteamentos da Companhia City e à edição do *Código Arthur Saboya*, pelo Ato n. 663, de 1934, que foi a primeira iniciativa de reserva de espaços livres nos arruamentos e loteamentos a serem aprovados na cidade. Isso deu início a um processo mais elaborado, que, incrementado a partir da década de 1970, culminou com a Lei de Zoneamento da Cidade, de sistemática reserva de áreas públicas em novos loteamentos.

Por outro lado, nas áreas centrais os processos de metropolização e de implantação de transporte de massa, como o metrô, propiciaram projetos executados de reurbanização de espaços tradicionais, experimentando novas linguagens, como a Praça da Sé, reurbanizada a partir de 1972, e que segue conceitos norte-americanos de composição, sendo, curiosamente, contemporânea à Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, a chamada Eco-72. Este é um espaço que carece de revisões.

Na década de 1980, após o desenvolvimento de conceitos ambientalistas internacionais, novos parques da cidade são criados visando a proteger fauna e vegetação significativa, além dos mananciais da cidade. O crescimento acelerado dos bairros periféricos passa a exigir a instalação de equipamentos de lazer distribuídos a distâncias maiores. Em suma, a degradação do espaço público é também um reflexo da fragmentação das identidades e da perda de valores da cidadania. A cidade no seu processo de evolução acabou por privilegiar alguns aspectos estéticos e cenográficos, deixando as dimensões históricas e culturais para um segundo plano, o que acarretou um prejuízo à memória social e desconexão de seus habitantes em relação aos espaços públicos.

Estabelece-se aí o repertório básico da arquitetura paisagística, integrada às questões da urbanização paulistana e seus momentos, tratando de problemas da gestão de nossos espaços públicos nos dias atuais. Dessa forma, a teoria e a aplicação de conhecimentos convergem para a experiência prática futura dos estudantes, aproximando o ensino da realidade, por meio de exemplos concretos. Não há, porém distanciamento nem esquecimento da visão universal que se pretende num curso superior, que não é meramente técnico.

Por isso, em nosso atelier de projetos, desde a graduação abrimos significativo espaço para as discussões conceituais que antecedem os estudos de objetos específicos e concretos (praças, parques, largos) vivenciados para a elaboração de documentação fotográfica, de desenho e escrita, que é produto de pesquisa direta e indireta. Isso tudo funciona como suporte aos projetos elaborados na disciplina Projeto de Paisagismo e às atividades dos futuros profissionais, que poderão engajar-se em políticas urbanas e de tratamento do sistema de espaços públicos da cidade, bem como em futuras atividades de pesquisa, no mestrado.

## Bibliografia

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/Hucitec, 3 v., 1984.

JELICOE, G.; JELICOE, S. *El paysage del hombre*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1995.

KAHTOUNI PROOST DE SOUZA, Saide; TOMINAGA, Yasuko. *Leitura e reconhecimento da paisagem paulistana através da compreensão de seus espaços públicos, uma proposta de trabalho didático*, 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* (CD-ROM) V ENEPEA 2000, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. *A paisagem paulistana e seus espaços públicos, uma proposta de trabalho didático*. *Integração*, São Paulo, n. 37, p.103-110, 2004.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

KLIASS, Rosa Grena. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1993.

LE GOFF, Jacques. *Memória/História*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Direção de Ruggiero Romano. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 1, p. 11-50 e 158-259, 1985.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora da Unesp, 1988.

MARIANO, Cássia. *Preservação e paisagismo em São Paulo: Otávio Augusto Teixeira Mendes*. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1970.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público, jardins no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Studio Nobel, 1996.

SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil – 1817-1820*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1992.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.